



Casa do Menino Jesus de Praga

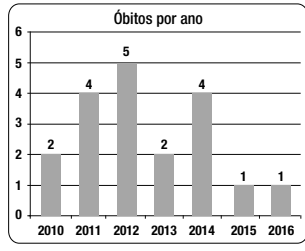
CASA DO MENINO JESUS DE PRAGA
 CNPJ nº 89.621.767/0001-41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

A CASA DO MENINO JESUS DE PRAGA - "Casa", fundada em 06 de janeiro de 1984, é uma associação civil de caráter assistencial filantrópico, de direito privado, que tem como objetivo primordial prestar assistência social filantrópica a crianças com lesão cerebral profunda (encefalopatia crônica) e deficiência motora permanente, oriundas de famílias pobres e desestruturadas, em situação de vulnerabilidade, vindas, principalmente, da região metropolitana de Porto Alegre - RS.

Qualidade de Vida dos Acolhidos:

Os serviços oferecidos pela Casa do Menino Jesus de Praga estão voltados exclusivamente ao atendimento de seus Acolhidos, contando com uma equipe técnica multidisciplinar com especialistas nas áreas de neurologia, pediatria, odontologia, nutrição, enfermagem, farmácia, fonoaudiologia, assistência social, fisioterapia e terapia ocupacional. Esses profissionais, com o incentivo da Casa, buscam de forma permanente aprimorarem-se para qualificar o nosso atendimento, com vistas a melhorar a qualidade de vida e o crescente aumento da expectativa de vida dos nossos Acolhidos, como direito de cidadania e dando-lhes a oportunidade de inserção na comunidade, socialização e a inclusão escolar. Sabe-se que, componentes da vida social contribuem para uma vida com qualidade e são também fundamentais para que se alcance um perfil elevado de saúde, tanto quanto o acesso a serviços médico-assistenciais. Mesmo conhecendo os grandes riscos envolvidos nas patologias atendidas pela Casa do Menino Jesus de Praga e com todo o empenho da equipe em proporcionar uma qualidade e expectativa de vida elevadas para nossos Acolhidos, em 2016, lamentamos o acontecimento de um óbito. Apesar do triste fato ocorrido, o ano de 2016 representou uma importante redução em relação à média de óbitos dos últimos seis anos.



Por outro lado, foi motivo de muita emoção e alegria para a Casa a adoção de um de nossos acolhidos, fato bastante raro nestes 32 anos de existência da Casa e que foi amplamente divulgado pela imprensa do Rio Grande do Sul e do País.

Sistema de Gestão:

O sucesso de uma organização, em qualquer dos setores da economia, está, entre outros fatores, na implantação e manutenção de um sistema de gestão com o objetivo de melhorar continuamente o seu desempenho. Para tanto, há que se considerar, ao mesmo tempo, as necessidades de todas as partes interessadas. Isso inclui, entre outras disciplinas de gestão, a gestão da qualidade e o estabelecimento de controles internos transparentes e sistemáticos. A transparência é um compromisso da Casa do Menino Jesus de Praga. É o resultado da decisão dos Gestores de devolver, ao doador/investidor, o resultado da utilização dos recursos disponibilizados, através de uma comunicação que deve ser entendida claramente por todas as partes interessadas. A transparência é uma demanda presente em toda a sociedade e um exercício da democracia e da

cidadania. Os resultados são novas parcerias baseadas na confiança, que determinam a perenidade da instituição e envolvem toda a sua força de trabalho. Ética e transparência tem como fim o resultado social que é a Missão da Casa. Com esta filosofia de gestão, a Casa do Menino Jesus de Praga conquistou com pioneirismo, a certificação ISO 9001:2000 em novembro de 2005, sendo re-certificada, com base na versão ISO 9001-2008, em 2008, 2011 e em 2014, com validade até o final do ano de 2017 e está se preparando para, em 2017, ser auditada com base na versão ISO-9001-2015. A Casa tem, também, alinhamento do seu sistema de gestão ao Modelo de Excelência de Gestão - MEG - preconizado pelo PGQP (Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade). A Casa vem mantendo um trabalho constante visando sempre melhorar a qualidade de sua gestão, mostrando a seus parceiros a eficiência e transparência de seu desempenho, fiel às suas políticas e objetivos. A Política da Qualidade é um dos compromissos da Instituição.

Construção da Nova Sede:

Conforme previsto no Planejamento Estratégico da Instituição, continua sendo construída a nova sede, na Rua Nelson Zang nº 420, em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre - RS, com área total de 3.910,72 m² e área útil total, edificada, de 4.778 m², com capacidade para acolher um maior número de crianças e adolescentes, distribuídos em quatro grandes alojamentos, cada um com capacidade para 25 Acolhidos. Dando continuidade as obras realizadas e já relatadas em anos anteriores, no ano de 2016, atingiu-se um patamar de aproximadamente 85% da obra concluída. Os trabalhos estão sendo desenvolvidos apenas com novos recursos captados. A Entidade continua fazendo campanhas de arrecadação, bem como, mantendo uma série de contatos com pessoas físicas, jurídicas e órgãos governamentais, buscando a captação de recursos para a obra. Para o ano de 2017, busca-se também a continuação da captação de recursos, via utilização de incentivos fiscais do Imposto de Renda (Programa Funcionária) e utilização de incentivo fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (Lei da Solidariedade). Buscam-se, também, recursos oriundos de fundações do Brasil e do exterior. A previsão da Administração, face aos aumentos constantes no material de construção e ao momento vivenciado pelo País, é de que ainda sejam necessários recursos na ordem de aproximadamente R\$ 1.200.000, para a conclusão da obra. A Administração tem expectativa de continuidade do fluxo de captação de recursos, permitindo que a conclusão da obra ocorra em um prazo de até 18 meses.

Desempenho Consolidado:

a - **Superávit/Déficit**
 As receitas operacionais tiveram um crescimento de 18,8% em relação a 2015, superando os valores orçados, ao passo que as despesas operacionais tiveram um crescimento de 27,4% no mesmo período comparado. Com isso a Casa apresentou um déficit de R\$ 62,4 mil em 2016 (superávit de R\$ 177,7 mil em 2015).

Em 2016 a Casa deu sequência ao planejamento para a profissionalização do quadro de funcionários que atuam no atendimento aos Acolhidos bem como buscou uma equalização nos salários desse quadro com o intuito de aproximar e/ou igualar o mesmo aos pisos das diversas categorias profissionais dos colaboradores, o que provocou um aumento de despesas com pessoal em 36,4% em relação ao exercício de 2015. Deu-se continuidade aos investimentos na divulgação da Casa na mídia, em especial televisiva. Por outro lado, essa maior divulgação trouxe maior visibilidade para a Instituição, contribuindo, positivamente para o crescimento de 18,8% nas receitas operacionais em relação a 2015, bem como um maior volume de contribuições para a continuidade da obra da nova Sede.

As receitas financeiras contribuíram para reduzir o déficit operacional da Instituição no exercício de 2016, visto que apresentaram aumento de 14,6% em relação ao exercício de 2015, em função dos maiores valores constantes nas aplicações financeiras.

b - Patrimônio Líquido

O patrimônio da Entidade cresceu R\$ 831 mil, em relação a 2015, em função, principalmente, das doações de R\$ 654 mil vinculadas à construção da nova Casa, apesar do déficit do exercício. Os valores das doações vinculadas foram contabilizadas diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado.

Futuro da Casa

As Comissões constituídas para trabalhar o Futuro da Casa, discutiram as possíveis alterações necessárias a serem feitas no seu Estatuto, face da nova realidade que está se apresentando a passos largos com a nova sede. Temas como Governança da Instituição, introdução de novos negócios visando a sustentabilidade da Casa, administração do patrimônio imobiliário e o Desenvolvimento do Brechó, foram as prioridades dessas Comissões. Os resultados obtidos nas reuniões que se realizaram durante o ano de 2016 já trouxeram grandes benefícios para a atualidade e o futuro da Casa, pois muitas ações já foram implementadas, trazendo resultados bastante positivos para o desenvolvimento e crescimento da Instituição, como a reformulação e adaptação dos Estatutos aos desígnios do Marco Regulatório para o Terceiro Setor, um novo sistema de Gestão Corporativa, organização e controle do Patrimônio Imobiliário, novo foco na Captação de Recursos e reformulação da estrutura e sistema de atuação do Brechó.

Agradecimentos:

Agradecemos a todos os membros da Diretoria Executiva, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal, Gestores dos Processos Internos e Externos da Casa, aos componentes do nosso quadro de funcionários, ao corpo de voluntários, associados, doadores, colaboradores, fornecedores, da comunidade em geral e órgãos governamentais, pelo apoio que tem proporcionado a Casa do Menino Jesus de Praga, em sua caminhada rumo a excelência de seus serviços, em benefício da melhor qualidade e expectativa de vida de seus Acolhidos.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Reais)

Ativo	Nota Explicativa	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	87.317	120.104	Fornecedores		103.636	90.768
Aplicações financeiras	5	162.436	664.122	Obrigações sociais e trabalhistas		218.202	173.852
Estoques	6	190.301	173.956	Obrigações tributárias		5.981	2.217
Adiantamentos a fornecedores		46.125	103.172	Total do circulante		327.819	266.837
Despesas antecipadas		598	4.788	Patrimônio líquido			
Outros		35.429	-	Patrimônio social		10.396.230	9.767.579
Total do circulante		522.206	1.066.142	Ajuste de avaliação patrimonial		172.620	183.408
Não circulante				Superávits acumulados		-	26.689
Depósitos judiciais		26.139	30.103	Total do patrimônio líquido		10.568.850	9.977.676
Aplicações financeiras vinculadas	5	-	592.378	Total do passivo e do patrimônio líquido		10.927.669	10.244.513
Imobilizado	7	10.379.324	8.555.890	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			
Total do ativo não circulante		10.405.463	9.178.371				
Total do ativo		10.927.669	10.244.513				

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em reais)

Saldo em 01 de janeiro de 2015	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Avaliação Patrimonial	Superávits/(Déficits) Acumulados	Total
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	7	8.282.607	194.198	(161.818)	8.314.987
Superávit do exercício		-	(10.790)	177.717	177.717
Doações recebidas para a construção da nova sede	8	1.484.972	-	-	1.484.972
Saldo em 31 de dezembro de 2015		9.767.579	183.408	26.689	9.977.676
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	7	-	(10.789)	10.789	-
Déficit do exercício		-	-	(62.403)	(62.403)
Doações recebidas para a construção da nova sede	8	653.576	-	-	653.576
Incorporação do déficit ao patrimônio social		(24.925)	-	24.925	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		10.396.230	172.619	-	10.568.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. **Contexto operacional:** A Casa do Menino Jesus de Praga ("Entidade") é uma entidade filantrópica, reconhecida pelo Decreto Federal 50.517/1992, constituída no Brasil, e sua sede está localizada à Rua Nelson Zang, 285, Bairro Intercep, em Porto Alegre - Rio Grande do Sul. A Entidade tem por finalidade promover o bem-estar, a proteção, a assistência e o amparo de crianças desprotegidas, com deficiências cerebrais graves (encefalopatia crônica) e deficiência motora permanente. Por se tratar de Entidade filantrópica usuária de isenções fiscais e previdenciárias. Em assembleia geral, promovida pela equipe gestora da Casa do Menino Jesus de Praga, foram convocados todos os associados para que deliberassem acerca da mudança no Estatuto Social, a qual se trata da alteração da estrutura de governança da entidade. Portanto a estrutura de governança passa a contar com: Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e Comitê Gestor.

2. **Apresentação das demonstrações financeiras:** a. **Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (NBC ITG 2002) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através da Resolução CFC 1.049/12 aplicáveis a Entidade sem finalidade de lucros. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e autorizadas para emissão em 12 de abril de 2017.

3. **Principais práticas contábeis a. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. b. **Moeda Funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o numeral mais próximo. c. **Estimativas contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes e são revisadas continuamente. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o prazo de vida útil e valor residual do ativo imobilizado e provisão para riscos trabalhistas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. d. **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos. Os saldos de disponibilidade de caixa e bancos conta movimento são classificados como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. e. **Aplicações financeiras:** Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa no médio e longo prazo, e para investimento. Desta forma, não estão classificados como caixa e equivalentes de caixa. f. **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os custos incorridos na construção do ativo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos demais ativos imobilizados. Os terrenos não sofrem depreciação. Para as demais classes do ativo imobilizado a depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que consiste no custo do ativo deduzido do valor residual. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas abaixo:

	2016	2015
Alimentos não perecíveis	9.576	18.607
Alimentos especiais	34.661	24.689
Fraldas/absorventes	27.835	16.188
Materiais e utensílios descartáveis	27.148	27.899
Material de limpeza	10.334	7.013
Medicamentos	80.747	79.560
	190.301	173.956

7. **Imobilizado:** O saldo do ativo imobilizado está assim composto:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	230.000	-	230.000	230.000
Edificações	2.586.927	(326.380)	2.260.547	2.586.927
Máquinas e equipamentos	205.989	(131.348)	74.641	179.855
Equipamentos de informática	37.618	(27.314)	10.304	35.233
Móveis e utensílios	53.074	(45.651)	7.423	53.075
Veículos	195.799	(60.751)	135.048	64.536
Imobilizado em andamento	7.661.590	-	7.661.590	5.860.462
	12.750.997	(591.444)	10.379.553	9.010.088

	31/12/2016		31/12/2015	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	230.000	-	230.000	230.000
Edificações	2.586.927	(326.380)	2.260.547	2.586.927
Máquinas e equipamentos	205.989	(131.348)	74.641	179.855
Equipamentos de informática	37.618	(27.314)	10.304	35.233
Móveis e utensílios	53.074	(45.651)	7.423	53.075
Veículos	195.799	(60.751)	135.048	64.536
Imobilizado em andamento	7.661.590	-	7.661.590	5.860.462
	12.750.997	(591.444)	10.379.553	9.010.088

	31/12/2016		31/12/2015	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	230.000	-	230.000	230.000
Edificações	2.586.927	(326.380)	2.260.547	2.586.927
Máquinas e equipamentos	205.989	(131.348)	74.641	179.855
Equipamentos de informática	37.618	(27.314)	10.304	35.233
Móveis e utensílios	53.074	(45.651)	7.423	53.075
Veículos	195.799	(60.751)	135.048	64.536
Imobilizado em andamento	7.661.590	-	7.661.590	5.860.462
	12.750.997	(591.444)	10.379.553	9.010.088

Movimentação no ativo imobilizado

	Saldos em 31/12/2015	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2016
Terrenos	230.000	-	-	230.000
Edificações	2.364.025	-	(103.478)	2.260.547
Máquinas e equipamentos	62.129	26.143	(13.631)	74.641
Equipamentos de informática	13.342	-	(3.038)	10.304
Móveis e utensílios	12.731	-	(5.308)	7.423
Veículos	13.201	131.263	(9.416)	135.048
Imobilizado em andamento	5.860.462	1.801.128	-	7.661.590
	8.555.890	1.958.534	(134.871)	10.379.553

Edificações: Em 19 de março de 2013, a Entidade, e outras nove entidades benéficas, receberam em doação 1/20 avos do imóvel situado na Avenida Joaquim Porto Villanova, 201, Bairro Jardim de Carvalho, conforme Escritura Pública transmitida por J.M. Imóveis Ltda., cujo valor de avaliação correspondente a Entidade, foi de R\$ 2.000.000, o que aumentou o valor do imobilizado e consequentemente o patrimônio social de forma significativa nos exercícios apresentados. Conforme termos da Escritura Definitiva, o imóvel doado possui cláusulas restritivas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade, e a Entidade passou a usufruir dos valores dos aluguéis correspondentes a partir de 15 de setembro de 2015, sendo que até essa data todos as obrigações relativas ao imóvel serão atendidas pelo doador. **Imobilizações em andamento:** As adições do período no valor de R\$ 1.800.899, contemplam os montantes recebidos de doações vinculadas descritas na nota explicativa 8 e outros investimentos realizados com recursos próprios. Conforme previsto no Planejamento Estratégico da Entidade, a construção da nova sede, na Rua Nelson Zang nº 420 continua em andamento. No ano de 2016, atingiu um patamar de aproximadamente 85% da obra concluída. Os trabalhos estão sendo desenvolvidos com novos recursos captados, no entanto, no ano de 2016 foi necessário utilizar o montante de R\$ 457.000 de recursos próprios para custear a obra. Esse valor foi utilizado na forma de pagamentos para fornecedores, para não prejudicar o andamento da obra. A Entidade continua fazendo campanhas de arrecadação, bem como, mantendo uma série de contatos com pessoas físicas e jurídicas e órgãos governamentais, buscando a

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em reais)

	Nota Explicativa	2016	2015
Receitas operacionais	11	3.694.615	3.247.686
Custos e despesas operacionais			
Despesas com abrigados	13	(1.095.733)	(1.025.102)
Despesas administrativas	14	(603.804)	(484.976)
Despesas com pessoal	15	(2.222.456)	(1.606.225)
Despesas tributárias		(11.723)	(11.182)
Outras receitas/despesas líquidas	12	107.778	(12.890)
Despesas operacionais líquidas		(3.825.938)	(3.139.375)
Superávit/(Déficit) operacional antes do resultado financeiro		(131.323)	108.311
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(25.771)	(12.576)
Receitas financeiras		94.691	81.962
Resultado financeiro líquido		68.920	69.406
(Déficit)/Superávit do exercício		(62.403)	177.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Déficit)/superávit do exercício		(62.403)	177.717
Ajustes para:			
Depreciação	7	134.871	90.257
Rendimento sobre aplicações financeiras		(93.991)	(78.695)
Provisão para contingências trabalhistas		31.000	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Estoques		(16.345)	(6.490)
Outras contas a receber		29.771	(89.264)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		12.868	(38.973)

continuação - CASA DO MENINO JESUS DE PRAGA

12. Outras receitas e despesas líquidas: Durante os anos de 2016 e 2015 a composição destas receitas foram como segue:

	2016	2015
Receitas de aluguéis	244.272	67.271
Despesa com trabalho voluntário (a)	(134.837)	(74.986)
Outras despesas	(1.656)	(5.185)
Outras receitas/despesas líquidas	107.779	(12.890)

(a) As despesas com voluntários referem-se basicamente à despesas com alimentação, vestuário e materiais necessários para cuidado dos abrigados.

13. Despesas com abrigados: Durante os anos de 2016 e 2015 a composição de despesas com os abrigados foram como segue:

	2016	2015
Despesas com alimentação	290.681	248.316
Despesas médicas, ambulatoriais e correlatas	514.095	486.920
Despesas com material de higiene e limpeza	156.914	91.869
Despesas com educação	39.411	35.704
Despesas com transporte	25.585	29.908
Outros	69.047	37.917
	1.095.733	1.025.102

O total das despesas com abrigados abrange todos os tipos de gastos necessários para manter o bem-estar das crianças cuidadas pela entidade, desde alimentação às despesas com a estrutura da Entidade.

14. Despesas administrativas: Durante os anos de 2016 e 2015 a composição de despesas administrativas foram como segue:

	2016	2015
Despesas com utilidades	77.017	80.907
Despesas com manutenção e conservação	42.925	37.087
Despesas com divulgação/comunicação	148.534	150.681
Despesas com correspondência	19.660	19.467
Despesas com combustíveis/lubrificantes	9.710	9.584
Despesas com serviços de terceiros	90.770	35.214
Comissões pagas	18.000	-
Despesas com depreciação/amortização	137.245	90.257
Outros	59.943	61.779
	603.804	484.976

15. Despesas com pessoal: Durante os anos de 2016 e 2015 a composição de despesas com pessoal forma como segue:

	2016	2015
Despesas com salários	1.389.284	1.034.470
Despesas com férias e 13º salário	328.386	229.951
Despesas com benefícios	140.824	128.263
Despesas com rescisões e indenizações	120.221	77.191
FGTS	179.342	122.426
Provisões trabalhistas	31.000	-
Outros	33.398	13.925
	2.222.456	1.606.225

16. Seguros: A Entidade mantém seguros para os veículos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros:

Modalidade	Importância segurada
Sinistro sobre veículos	100% tabela FIPE

DIRETORIA

Marco Antonio Perotoni - Presidente Voluntário
CPF nº 088.326.760-87

Alberto Oliveira Annes - Vice-Presidente Voluntário
CPF nº 002.044.470-20

Lucia Regina Faleiro Carvalho
CPF nº 516.516.610-49 - Contadora CRC-RS nº 054.895/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Administradores da Casa do Menino Jesus de Praga
Porto Alegre - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Casa do Menino Jesus de Praga "Entidade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa do Menino Jesus de Praga em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.k, as doações e auxílios recebidos em dinheiro, alimentos e subvenções destinados ao custeio das atividades da Entidade são contabilizadas em contas de receitas no momento de seu recebimento, enquanto as doações, subvenções e contribuições patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio líquido, na rubrica de patrimônio social. Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade reconheceu o montante de R\$ 653.576 (R\$ 1.484.972 em 2015) como doações patrimoniais diretamente no patrimônio líquido. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros determinam que essas doações devem ser reconhecidas no resultado do exercício e classificadas nos fluxos das atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2016, o valor apresentado como receitas com doações recebidas e o resultado do exercício apresentam-se diminuídos em R\$653.576 (R\$ 1.484.972 em 2015), enquanto os fluxos de caixa operacionais estão reduzidos naqueles montantes, respectivamente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir

intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avalliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avalliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de abril de 2017



KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP-023228/F-5

Wladimir Omiechuk
Contador CRC RS-041241/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Casa do Menino Jesus de Praga, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Entidade, elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e aprovados em reunião de Diretoria da Entidade.

Com base nos exames efetuados por ocasião das Reuniões do Conselho Fiscal (preliminar de 16/11/2016 e reunião final de 12/04/2017), no relatório da KPMG Auditores Independentes, bem como nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício por parte da Administração da Entidade, este Conselho opina que os referidos documentos refletem a situação econômico-financeira da Casa do Menino Jesus de Praga em 31 de dezembro de 2016 e estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Associados.

Valmir Dasso Fernandes

Porto Alegre, 12 de abril de 2017.
Gilberto Monticelli

Paulo Rondelli Silveira

>> EMPRESAS & NEGÓCIOS.
TODA SEGUNDA, NO
SEU JORNAL DO
COMÉRCIO.



Ligue e assine 0800.051.0133 ou
acesse www.jornaldocomercio.com